



Metropaulo Energia S.A. - Companhia Aberta

Enel X Way Brasil S.A.

CNPJ: 46.076.598/0001-01

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Com relatório dos auditores independentes

Enel X Way Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel X Way Brasil S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel X Way Brasil S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel X Way Brasil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel X Way Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto

Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.879	3.154
Contas a receber de clientes	4	37.483	-
Estoques	5	10.993	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	12
Outros tributos compensáveis		4.193	-
Outros créditos	6	10.210	-
Total do ativo circulante		67.758	3.166
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	14	2.421	892
Imobilizado		345	-
Total do ativo não circulante		2.766	892
Total do ativo		70.524	4.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	46.984	2.159
Salários, provisões e encargos sociais		306	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		936	-
Outras obrigações fiscais	8	4.715	544
Outras obrigações		145	-
Total do passivo circulante		53.086	2.703
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	10	20.045	3.045
Prejuízos acumulados		(2.606)	(1.690)
Total do patrimônio líquido		17.439	1.355
Total do passivo e do patrimônio líquido		70.525	4.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	11	34.474	-
Custo do serviço	12	(30.877)	-
Lucro bruto		3.597	-
Despesas operacionais	12		
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(116)	-
Despesas gerais e administrativas		(5.451)	(2.625)
Total despesas operacionais		(5.567)	(2.625)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos		(1.970)	(2.625)
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		968	141
Despesas financeiras		(422)	(84)
Total do resultado financeiro		546	57
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.424)	(2.568)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.021)	(14)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.529	892
		508	878
Prejuízo do exercício		(916)	(1.690)
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	10	(0,05)	(0,55)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(916)	(1.690)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(916)	(1.690)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 17 de março de 2022 (data da constituição)	-	-	-
Aumento de capital	3.045	-	3.045
Prejuízo do exercício	-	(1.690)	(1.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.045	(1.690)	1.355
Aumento de capital	17.000	-	17.000
Prejuízo do exercício	-	(916)	(916)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.045	(2.606)	17.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(916)	(1.690)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(116)	-
Tributos e contribuições social diferidos	(1.529)	(892)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.021	14
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(37.367)	-
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-	(26)
Outros tributos compensáveis	(4.193)	-
Outros créditos	(10.210)	-
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	33.832	2.159
Salários, provisões e encargos sociais	306	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(73)	-
Outras obrigações fiscais	4.171	544
Outras obrigações	144	-
Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades operacionais	(14.930)	109
Adições de imobilizado	(345)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(345)	-
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	17.000	3.045
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	17.000	3.045
Varição no caixa líquido da Companhia	1.725	3.154
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.154	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.879	3.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel X Way Brasil S.A. ("X Way" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada diretamente pela Enel X Way S.R.L (sede na Itália), atua no setor da mobilidade elétrica, criação e gestão de infraestruturas de carregamento elétrico, concepção, investigação, promoção, desenvolvimento, produção, comercialização, instalação, gestão e manutenção infraestruturas e carregamento de veículos elétricos, prestação e gestão de serviços relacionados a mobilidade elétrica, veículos elétricos e seu carregamento, público ou particular.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de janeiro de 2023 foi aprovada alteração do objeto social da Companhia para inclusão de atividades de venda de materiais e equipamentos e respectiva atualização do artigo 2º do seu estatuto social.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia se encontrava em fase pré-operacional, tendo iniciado suas operações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.2. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 50 - Contratos de Seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas contábeis, estimativa e retificação de erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2024
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Divulgações - Acordos de financiamentos de fornecedores	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação	1º de janeiro de 2024
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de Trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,
- Nota 9 – Provisões para processos judiciais,
- Nota 14 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e
- Nota 16 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 16).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	202	6
Aplicações financeiras CDB (Aplicações diretas)	4.677	3.148
Total	4.879	3.154

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 99,67% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de carregadores veiculares, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contas a receber de clientes	9.250	584	18	9.852	-
Contas a receber - partes relacionadas (nota 15)	26.326	203	1.218	27.747	-
	35.576	787	1.236	37.599	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(114)	(2)	-	(116)	-
Total	35.462	785	1.236	37.483	-

Uso das estimativas:

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(116)	(116)
Total	-	(116)	(116)

5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo de aquisição, que inclui todos os custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, utilizando o método da média ponderada móvel, que é determinada à medida que cada produto seja recebido, dependendo das circunstâncias da entidade.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis junto ao fisco, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

O valor realizável líquido corresponde ao valor estimado de venda no curso normal das operações, menos os custos estimados para a conclusão e os custos estimados de venda, troca ou distribuição.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram apuradas perdas no valor realizável líquido.

O estoque da Companhia é composto por carregadores veiculares, e a movimentação foi como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	-	-
Entrada - compra mercadorias	35.569	-
Saída - venda de mercadorias	(24.576)	-
Remensuração	-	-
Saldo final	10.993	-

6. Outros créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a empregados	12	-
Adiantamentos a fornecedores (a)	9.599	-
Outros	599	-
Total	10.210	-

(a) Saldo basicamente relacionado à adiantamentos para os fornecedores de carregadores elétricos.

7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 7a20.045, totalmente integralizado (R\$ 3.045 totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022), em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no	Quantidade de ações	% de participação no
Enel X Way S.R.L.	16.036.270	80,00%	2.436.270	80,00%
Enel Brasil S.A.	4.009.067	20,00%	609.067	20,00%
Total	20.045.337	100,00%	3.045.337	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto 2023 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo integralizado o montante de R\$13.600 na mesma data pela Enel X Way S.r.l., e o montante de R\$ 3.400, integralizados pela Enel Brasil S.A., em 26 de outubro de 2023.

10.2 Destinação do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo de R\$916 (R\$ 1.690 em 31 de dezembro de 2022).

11. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Receita de serviços	3.114	-
Receita com venda de produtos	9.375	-
Receita de serviços - partes relacionadas (nota 15)	282	-
Receita com venda de produtos - partes relacionadas (nota 15)	26.326	-
	39.097	-
Deduções da receita		
ICMS	(609)	-
Cofins	(2.971)	-
Pis	(645)	-
ISS	(127)	-
IPI	(271)	-
	(4.623)	-
Total	34.474	-

12. Despesas gerais e administrativas

	2023			2022		
	Custo do serviço	Perdas estimadas para créditos de liquidação	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(3.025)	-	(764)	(3.789)	-	-
Material	(3)	-	(56)	(59)	-	-
Serviços de terceiros	(3.273)	-	(861)	(4.134)	(542)	(542)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 15)	-	-	(3.618)	(3.618)	(2.083)	(2.083)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(116)	-	(116)	-	-
Baixa de estoque - venda mercadorias	(24.576)	-	-	(24.576)	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-	(152)	(152)	-	-
Total	(30.877)	(116)	(5.451)	(36.444)	(2.625)	(2.625)

13. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	573	148
Variação cambial	420	-
Outras receitas financeiras	1	-
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(26)	(7)
	968	141
Despesas financeiras		
Variação cambial	(295)	(75)
Atualização de impostos e multas	(73)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(52)	(9)
Outras despesas financeiras	(2)	-
	(422)	(84)
Total	546	57

14. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

13.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(744)	(277)	(9)	(5)
Diferidos	1.124	405	656	236
	380	128	647	231
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(1.424)	(1.424)	(2.568)	(2.568)
Base de cálculo	(1.424)	(1.424)	(2.568)	(2.568)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	380	128	666	231
Outros	-	-	(19)	-
Total	380	128	647	231
Alíquota efetiva	27%	9%	25%	9%

14.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para materiais e serviços	2.421	892	1.529	892
Total	2.421	892	1.529	892

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Total
2024	242
2025	242
2026	242
2027	242
2028 a 2030	726
2031 A 2033	727
	2.421

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

15. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos.

15.1 Controladora (Enel X Way S.R.L.)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Management fee	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(5.216)	-	(3.182)	-
Total		(5.216)	-	(3.182)	-

15.2 Empresas com controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Expatriados					
Enel SpA	Indeterminado	(433)	-	(436)	-
Venda e compra de carregadores veiculares					
Enel X Brasil S.A.	Dezembro_2023	8.617	(2.157)	26.326	-
Total		8.184	(2.157)	25.890	-

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

16. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

16.1 Instrumentos financeiros

16.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível*	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.879	4.879	3.154	3.154
			4.879	4.879	3.154	3.154
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	46.984	46.984	2.159	2.159
			46.984	46.984	2.159	2.159

* Conforme detalhado na nota explicativa 16.1.2 Hierarquia do valor justo.

Uso de estimativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

16.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

16.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em um instrumento financeiro.

O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

17. Seguros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por apólices de responsabilidade civil e ambientais que fazem parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	N/A	1.260.750
Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	N/A	106.609

O valor limite dos seguros contempla todas as empresas do Grupo.